



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: [pqcmasspg@gmail.com](mailto:pqcmasspg@gmail.com) Ponta Grossa – PR

### ATA 359 – 30/06/2022

1  
2 Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e vinte dois, às quatorze horas e quinze minutos, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Ponta Grossa, em sua sede  
3 na Rua Joaquim Nabuco nº 59 e virtualmente através do aplicativo Google Meet e presencialmente  
4 na sala do CMAS, sob a convocação de seu presidente Armando Madalosso Vieira. Fizeram-se  
5 presentes os seguintes **conselheiros governamentais titulares**: Lucília do Rocio Lopes Andrade,  
6 Tatyana Denise Belo e Karina Teresinha Muehlbauer (Fundação de Assistência Social de Ponta  
7 Grossa/FASPG); Keila Garcia Rocha (Secretaria Municipal de Cidadania e Segurança Pública). **Os**  
8 **conselheiros não governamentais titulares**: Beatriz de Souza (Proteção Social de Média  
9 Complexidade); Camila Gomes de Barros e Valquíria Verwiebe (Profissionais da Área de Assistência  
10 Social); Armando Madalosso Vieira (Entidades de Proteção Social Básica); Silmara Raquel Chagas  
11 de Freitas, Antônio Elizeu Montes e Cleuci Mara Barbosa Martins (Usuários da Assistência Social).  
12 **Os conselheiros governamentais suplentes**: Sandra Regina Wichert Cisco (Fundação de  
13 Assistência Social de Ponta Grossa/FASPG). **Os conselheiros não governamentais suplentes no**  
14 **exercício da titularidade**: Ana Paula Almeida Rocha Ohata (Profissionais da Área de Assistência  
15 Social). Estiveram presentes os seguintes convidados: Emanuelle Beatriz Machado e Tainara  
16 Aparecida P. Diogo (Estagiárias da Casa Transitória Fabiana de Jesus); Francielle Alberti (AAPI);  
17 Adrianis Galdino da Silva Junior (CEAS – PR); Consuelo Szczerepa (Ministério Público); Priscila  
18 Pinheiro (Casa do Piá); Rosana (FASPG); Carolina Zelinski (Pastoral da Criança) e Reni Justus  
19 (AAPI). A secretária executiva Thais do Prado Dias Verillo e agente administrativa Maria Aparecida  
20 da Silva. A plenária contou com a seguinte pauta: 1- Apreciação e aprovação da pauta; 2- Aprovação  
21 da ata nº 358; 3- Informes; 4- Comissão do Programa Auxílio Brasil: 4.1. Apresentação do relatório  
22 das ações de janeiro a maio, ações referentes aos atendimentos dos processos de revisão,  
23 averiguação e focalização cadastral; 4.2. Relato sobre o evento que aconteceu em Curitiba, o  
24 Seminário Macrorregional do CadÚnico e Programa Auxílio Brasil; 5- Comissão de Acompanhamento  
25 do SUAS: 5.1. Ofício MP referente a denúncia; 5.2. Análise do SEI45570/2022 referente ao PL sobre  
26 a alteração da Lei no 13.008/2017, inclusão do Albergue. 5.3. Apresentação do Ofício de alteração  
27 da Lei no 13.008/2017 sobre a substituição da Secretaria de Governo; 5.4. Informe do Departamento  
28 de Proteção Social Especial sobre a implantação do Albergue e início das atividades. O presidente  
29 Sr. Armando iniciou a reunião, após estabelecido o quórum, cumprimentou a todos e passou a palavra  
30 para a secretária executiva Thais que fez duas inclusões de pauta, uma referente a comissão eleitoral  
31 que se reuniu no dia 29 de junho e definiu o regulamento da eleição para a vaga de suplência que  
32 está em aberto no segmento dos trabalhadores e a outra referente a comissão do Fundo que se reuniu  
33 também no dia 29 de junho em virtude de uma emenda parlamentar que foi enviada para a aprovação  
34 no conselho na terça-feira – dia 28 de junho, e necessitam passar hoje pelo pleno, tendo em vista que  
35 o prazo para inserção no sistema é justamente a data de hoje, 30 de junho. Assim sendo colocou para  
36 aprovação da pauta, não havendo manifestação contrária, foi aprovada por unanimidade. O próximo  
37 item da pauta, aprovação da ata nº 358, a qual foi enviada por e-mail para os conselheiros, como não  
38 houve nenhuma manifestação a ata foi aprovada por unanimidade. O item 3 da pauta é sobre os  
39 informes, a secretária executiva Thais iniciou falando sobre o ofício encaminhado pelo conselho  
40 estadual, com relação a prestação de contas do incentivo adesão espontânea da deliberação nº 66  
41 de 2017, onde foi iniciado um processo protocolado pelo Escritório Regional, onde o CEAS informa  
42 que o pagamento realizado do ano de 2020 será convalidado na prestação de contas, sendo o  
43 processo articulado junto ao setor financeiro da SEJUF. A conselheira Tatyana complementou  
44 dizendo que o município executou quase que integralmente esse recurso e o valor que ficou na conta  
45 é de R\$ 4.000,00 que será realizada a devolução, isso por conta dos processos do prazo de execução,  
46 e alguns empenhos foram emitidos até 2019, porém alguns foram pagos em 2020, por isso houve  
47 essa análise do CEAS e aprovou toda a prestação de contas e o conselho apenas deve fazer o  
48 acompanhamento dessa devolução. O próximo informe é com relação a indicação da Fundação  
49 Municipal de Saúde, de dois servidores para representar essa fundação no CMAS, os quais são:  
50



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: [pgcmaspg@gmail.com](mailto:pgcmaspg@gmail.com) Ponta Grossa – PR

51 Titular – Maria Juliana Clemente Maia e suplente – Lucélia de Fátima Andrade. Na sequência serão  
52 dados os encaminhamentos necessários para participação das indicadas tanto nas reuniões  
53 plenárias, quanto nas comissões. O próximo informe ficou por conta da assistente social Tatiana  
54 Haddad, referente as capacitações para conselheiros que estão acontecendo todas as terças-feiras,  
55 e a mesma fará um relatório dessas capacitações. Tatiana inicia informando que é responsável pela  
56 Gestão do Trabalho na FASPG e Coordenadora do NEP – Núcleo de Educação Permanente; que as  
57 capacitações estão sendo realizadas, conforme foi divulgado em reunião anterior, reforça o convite  
58 para que todos os conselheiros participem; já foram realizados quatro encontros com temas como, a  
59 contribuição dos conselheiros para a sociedade, o papel do conselheiro, ética entre outros assuntos.  
60 Expôs também a preocupação com a baixa adesão dos conselheiros na capacitação, que dos 36  
61 conselheiros (entre titulares e suplentes), no primeiro encontro foram onze participantes, sendo que  
62 apenas seis assinaram a lista de presença e nos seguintes foram diminuindo a participação a cada  
63 encontro, com oito participantes e os seguintes com cinco, seis e quatro respectivamente assinando  
64 a lista de presença. A baixa adesão dos conselheiros tem sido uma preocupação, especialmente dos  
65 não governamentais, pois é um recurso que foi designado específico para aquisição dessa  
66 capacitação aos conselheiros, sendo uma das finalidades do conselho fiscalizar a utilização do  
67 recurso público, para que seja gasto de forma efetiva e alcançando seus objetivos, por isso é triste de  
68 ver a participação ínfima dos conselheiros. Colocou também que se há alguma dificuldade, se houver  
69 outra possibilidade, que os conselheiros sugeriram para que seja ajustado e resolvida a situação.  
70 Aproveitou para reforçar que está previsto a participação dos conselheiros nas capacitações.  
71 Conselheira Ana Paula colocou que teve oportunidade de participar uma terça-feira da capacitação e  
72 que na sua opinião o que tem atrapalhado é o fato de serem on-line, pois quando se está no serviço  
73 sempre vai aparecer alguém tirando a atenção do que está sendo trabalhado e que acredita que  
74 presencial pode ter mais foco e dedicação. A secretária executiva Thais informa que esta capacitação  
75 foi comprada neste formato, online, porém sugere que se for possível alterar as datas e agendar para  
76 cada 15 dias, e que o conselho disponibilizará a sala de reuniões para quem quiser assistir a  
77 capacitação, seria uma alternativa para tentar resolver a baixa adesão. Próximo item da pauta é o  
78 relato das comissões, iniciando pela Comissão do Acompanhamento do PAB. A conselheira Tatyana  
79 começou informando que essa comissão se reúne a cada três meses e que pode ter alguns assuntos  
80 a mais. Na sequência fez a leitura do relato, onde consta que a reunião da comissão contou com a  
81 presença das conselheiras Tatyana, Leni, Cleuci e a secretária executiva Thais e também com a  
82 Chefe da Divisão de Gestão de Benefícios Viviane Orłowski, foram encaminhados para apreciação o  
83 relatório de atendimentos e execução financeira, o relatório de informação social do Cadastro Único  
84 do PAB e os relatórios de empenhos emitidos e pagos durante o período de janeiro a maio de 2022.  
85 Além dos relatórios foram apresentados os temas discutidos no Seminário Macro Regional da Gestão  
86 Intersetorial do Cadastro Único e do Programa Auxílio Brasil, que aconteceu na cidade de Curitiba,  
87 nos dias 31/05 e 01/06, entre as ações realizadas pelo município contabilizaram de janeiro a maio de  
88 2022, 8830 cadastros novos e atualizações cadastrais, 7824 emissão de folha resumo, 80 visitas  
89 realizadas pela gestão, além de outras ações específicas relacionadas ao CadÚnico, totalizando  
90 32.244 atendimentos durante esse período, além desses houve ações realizadas em mutirões  
91 ocorridas nos sábados, totalizando 1014 atendimentos nesse período. Além dos atendimentos foram  
92 apresentadas as informações referentes aos processos de averiguação, revisão e focalização  
93 cadastral, os quais o município tem a responsabilidade de realizar a busca ativa das famílias  
94 identificadas e fazer a avaliação e atualização cadastral dentro dos prazos estabelecidos pelo  
95 Governo Federal. Atualmente a soma das famílias que se encontram nesses processos é de 18511,  
96 quase 20 mil famílias estão nesse processo atualmente, que devem ser priorizadas nos atendimentos.  
97 O município deve dessa forma manter os mutirões aos sábados e ações descentralizadas como uma  
98 das estratégias de atendimento a essas famílias nesses processos. Com relação aos recursos durante  
99 o período de janeiro a maio o município recebeu de Índice de Gestão Descentralizada do PAB, o valor  
100 total de R\$ 181.790,53 e foi empenhado um total de R\$ 169.014,30 e valores pagos R\$ 71.859,60.



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: [pgcmaspg@gmail.com](mailto:pgcmaspg@gmail.com) Ponta Grossa – PR

101 Esse é o resumo do relatório para apresentar na plenária, contudo, na comissão foi detalhado cada  
102 gasto com esse recurso. Foi apresentado o número de famílias beneficiárias que no mês de maio  
103 totalizaram 14713, e o valor total repassado a essas famílias foi de R\$ 3.029.045,00. Foi destacado  
104 também que durante esse período houve outros benefícios adicionais ao Auxílio Brasil que seria o  
105 Benefício Extraordinário Auxílio Gás que complementou esse benefício. Outro destaque foi referente  
106 ao número de famílias beneficiárias que decorrente da alteração do Programa Bolsa Família pelo  
107 Auxílio Brasil, muitas acabaram sendo excluídas e aguardam ainda o retorno ao programa conforme  
108 os critérios do Governo Federal. Foi demonstrado também as reuniões realizadas pela comissão  
109 intersetorial do PAB que participam a saúde e a educação conjuntamente e as reuniões realizadas  
110 para os entrevistadores do Cadastro Único. Ainda na reunião foram repassadas as informações sobre  
111 o Seminário Macro Regional de Gestão Intersetorial do Cadastro Único e Programa Auxílio Brasil, no  
112 dia 31 houve a participação da conselheira Lucília Lopes Andrade (representando o CMAS), a Chefe  
113 da Divisão, Viviane Orłowski (representando a Divisão de Benefícios) e a Tatyana Denise Belo  
114 (representando a Gestão Municipal), nesse dia foram abordados temas como Cadastro Único e  
115 Auxílio Brasil e a importância da vigilância socioassistencial nesse processo para o planejamento das  
116 ações no âmbito da política de assistência, além da reflexão da análise conjuntural do Programa  
117 Auxílio Brasil em sua operacionalização pelos municípios. No dia primeiro a participação foi da  
118 conselheira Leni Aparecida Viana da Rocha (representando a Secretaria Municipal de Educação), da  
119 Viviane e Tatyana novamente, nesse dia o foco de trabalho foi o trabalho intersetorial das políticas  
120 envolvidas no programa, os quais são assistência social, saúde e educação e a operacionalização  
121 dos benefícios pela Caixa Econômica e o acompanhamento de condicionalidades. Destacado nos  
122 dois dias o papel do conselho enquanto órgão de controle social do Programa e Cadastro Único no  
123 município e da fiscalização que este tem no impacto da execução desse serviço. Resumidamente  
124 foram essas as discussões da comissão e colocou-se à disposição para esclarecimento de dúvidas e  
125 passou a palavra para a Thais, secretária executiva, que questionou se o pleno teria alguma pergunta.  
126 O ouvinte Adrianis questionou quanto a situação atual no âmbito estadual que Ponta Grossa se  
127 encontrava no ano passado, justamente pelos seus baixos índices de atendimento na saúde, e  
128 pergunta se esse índice foi melhorado, pois isso custava quase R\$ 60.000,00 ao município. A  
129 conselheira Tatyana explicou que existe uma lista de condicionalidade, e o acompanhamento da  
130 saúde e educação se reflete pelas condicionalidades acompanhadas, a repercussão da saúde ainda  
131 não saiu por ser semestral, só poderá ser possível verificar se houve impacto a partir dos próximos  
132 meses. Atualmente o índice de gestão tem um peso muito grande nas condicionalidades, mas também  
133 tem um peso quanto a atualização cadastral. E isso verifica-se que o município está começando a  
134 superar, apesar da alta demanda de atendimento. A conselheira Lucília completou dizendo que  
135 participou do Encontro em Curitiba no dia 31 de maio, que era específico para os conselheiros, e  
136 aproveitou a oportunidade para colocar algumas ações pontuadas pela palestrante para atuação do  
137 conselho na gestão do Auxílio Brasil e do Cadastro Único, sendo: inteirar-se da atualização e da  
138 qualificação continuada dos cadastros, realizar análises sobre o impacto do Auxílio Brasil, pautar o  
139 Auxílio Brasil nas reuniões do CMAS, estudar e acompanhar as alterações legais e orientações  
140 técnicas, divulgar informações, critérios e benefícios, manter a comunicação e atuação articulada com  
141 as equipes dos benefícios e serviços e fortalecer a atuação intersetorial visando a garantia de direitos  
142 e a proteção social. Assim sendo, como representante do CMAS quis colocar exatamente o que foi  
143 dito, que caberia ao conselho colocar isso em pauta nas suas reuniões e não apenas na comissão,  
144 se possível pautar sempre nas reuniões do CMAS. Na sequência passou-se para o próximo item da  
145 pauta, relato da comissão do SUAS, na reunião de comissão foram discutidos quatro assuntos, sendo  
146 um deles sobre o ofício enviado pelo Ministério Público, sobre uma denúncia de uma entidade do  
147 município, foi realizada a verificação e o departamento que realizou passou o relato, enquanto  
148 conselho será realizada uma visita na entidade nos próximos dias a fim de encaminhar resposta ao  
149 Ministério Público. O segundo assunto discutido foi referente a proposta do Projeto de Lei, alterando  
150 a lei 13.008/2017 que é a lei do SUAS, apresentada pelo vereador Felipe Passos. O conselho já



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: [pgcmaspg@gmail.com](mailto:pgcmaspg@gmail.com) Ponta Grossa – PR

151 discutiu e manifestou seu posicionamento quando se reuniu para analisar esse SEI em que o  
152 procurador Clóvis havia dado uma cota mencionando que seria aprovado o projeto e iria para sanção  
153 da prefeita com a descrição proposta pelo vereador. A Lei atual prevê a execução do serviço em  
154 Unidades de Acolhimento Institucional de forma ampla, sem especificar as modalidades da oferta. E  
155 o texto da nova Lei leva à compreensão de que só existe a modalidade de albergue noturno no serviço  
156 de acolhimento no município, excluindo todas as outras modalidades de acolhimento, o que trouxe  
157 preocupação para o conselho. Nesse entendimento, em sua cota, o conselho discordou da sanção  
158 da Lei. Todavia, na última sexta-feira, o procurador Clóvis considerou esse posicionamento, cuja cota  
159 foi compartilhada na tela, e recomendou a sanção da Lei com imediato encaminhamento de revisão,  
160 entendendo que o texto deixa de contemplar as outras modalidades de acolhimento. Considerando  
161 que o equívoco na matéria foi reconhecido pela procuradoria e encaminhado para revisão, cabe ao  
162 conselho apenas acompanhar a alteração da referida Lei. O presidente Armando lembrou que a  
163 procuradoria tomou por base essa decisão através da manifestação do conselho informando do  
164 equívoco na lei, antes de ser encaminhado para a câmara. O vereador havia sido informado sobre o  
165 posicionamento do conselho, contudo manteve o seu posicionamento, e agora o procurador Clóvis,  
166 com base nas informações dadas pelo conselho, verificou que a lei foi elaborada de forma incorreta  
167 e propôs a alteração, considerando também que o executivo não pode alterar uma decisão do  
168 legislativo, pode apenas corrigir no que couber, e para mudar àquele texto da lei a iniciativa deveria  
169 ser do legislativo. Por isso essa proposta de alteração da redação. O terceiro item é com relação a  
170 substituição da secretaria de governo, o conselho tinha pensado como será feito um ofício para alterar  
171 e substituir a secretaria de governo. Como foi discutido na última plenária, a sugestão é de que se  
172 aumente um representante da FASPG. O texto atual da Lei prevê três representantes da Fundação  
173 de Assistência, recomendando que seja um representante Proteção Básica, um da Proteção Especial  
174 e um do departamento da Gestão do SUAS e, com o novo texto ficaria: quatro representantes da  
175 FASPG, recomendando-se que seja pelo menos um representante de cada departamento, DPSB,  
176 DPSE e DGSUAS, então não tem mais a questão de cada departamento, mas que se tenha pelo  
177 menos um de cada. Após algumas sugestões e colocações dos conselheiros ficou definida a  
178 substituição do texto por: “sendo um representante” de cada departamento ligado ao SUAS. O último  
179 relato da comissão do SUAS, foi sobre o informe a essa comissão em relação a implantação do  
180 serviço do Albergue que começou a funcionar no dia nove de junho, e devido a situação climática  
181 houve essa urgência em iniciar as atividades do serviço. A secretária executiva Thais prestou algumas  
182 informações referentes a estrutura do equipamento, RH e rotina de funcionamento. Bem como sobre  
183 a intenção de se realizar um chamamento público para que uma entidade assuma o serviço que está  
184 sendo executado, e que esse edital seja feito ainda esse ano. Após algumas observações e sugestões  
185 por ouvintes e conselheiros, sobre o serviço realizado, uma foi de que fosse realizado um PSS para  
186 suprir a necessidade de equipe do albergue, e a secretária Thais afirmou que levará essa ideia para  
187 verificar a possibilidade. O próximo item da pauta foi o relato da comissão eleitoral que se reuniu na  
188 data de ontem e reformulou o regulamento utilizado na última eleição, excluindo os segmentos que  
189 não estarão participando desse processo eleitoral e alterando as datas. Não havendo nenhuma  
190 manifestação contrária, a resolução foi submetida a aprovação. Aprovado por unanimidade conforme  
191 **Resolução/CMAS/nº39/2022**. O último assunto da pauta foi quanto a apresentação da Emenda  
192 Parlamentar, no valor de R\$ 700.000,00 para custeio, enviada pelo Deputado Federal Aliel Machado,  
193 que chegou no dia 28 de junho. Serão contempladas 09 (nove) entidades do município de Ponta  
194 Grossa, as quais enviaram seus planos de aplicação e após análise da comissão do Fundo, foram  
195 aprovados os planos de sete entidades. Contudo para duas entidades foi solicitado que fizessem a  
196 revisão de alguns itens solicitados, os quais serão analisados no momento da plenária. A entidade  
197 Centro Social Casa do Piá foi contemplada com o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil). Utilizará o  
198 recurso em gás e outros materiais engarrafados, alimentos, material de copa e cozinha, material de  
199 expediente, material de limpeza e higiene, material educativo e esportivo. Aprovada por unanimidade  
200 conforme **Resolução/CMAS/nº 40/2022**. A Associação de Atendimento para Portadores de



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: [pgcmasspg@gmail.com](mailto:pgcmasspg@gmail.com) Ponta Grossa – PR

201 Necessidades Especiais Nossa Senhora de Lourdes – AAPNENSEL foi contemplada com o valor de  
202 R\$ 50.000,00 (cinquenta mil). Destinará o recurso para aquisição de gás e outros materiais  
203 engarrafados, alimentos, material do veículo, material para artesanato, material de cama, mesa e  
204 banho. Aprovada por unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 41/2022**. A Associação  
205 Pontagrossense de Assistência à Criança com Deficiência foi contemplada com o valor de R\$  
206 200.000,00 (duzentos mil). A entidade aplicará o recurso na aquisição de gás e outros materiais  
207 engarrafados, alimentos, material de limpeza e higiene, material elétrico e eletrônico, manutenção do  
208 veículo, material para manutenção de bens e imóveis. Aprovada por unanimidade conforme  
209 **Resolução/CMAS/nº 42/2022**. A conselheira Cleuci pede a palavra e *inicia dizendo que em relação*  
210 *a APACD, gostaria de fazer um comentário, de que o seu filho Francesco é usuário do Centro Dia, da*  
211 *escola, e da clínica. Afirmou que não faz parte da diretoria e que não tem acesso aos planos, e que*  
212 *questionou a diretora administrativa com relação a quem orienta a entidade em como fazer esses*  
213 *planos, no que vai ser gasto, em como estarão usando esses recursos e que até então não foi*  
214 *contemplada com isso. E que gostaria de uma atitude do conselho, pois na parte da clínica os*  
215 *funcionários estão há três meses sem receber pagamento. Primeiro o Centro Dia que estava com*  
216 *problemas por conta de certidões, e por problemas que a APACD vem enfrentando há muito tempo,*  
217 *mesmo antes de seu filho nascer que hoje está com seis anos. Porém nunca houve uma pessoa, não*  
218 *que os pais não tenham conhecimento ou cultura maior para ter o entendimento, que particularmente*  
219 *pede um olhar com uma ótica mais carinhosa em relação a essa instituição, pois vê algo muito*  
220 *agravante dentro dessa diretoria da APACD na figura do Moro e que isso ela fala até para ele, que*  
221 *gostaria de bastante esclarecimento e que as coisas fiquem às claras, pois acompanha o conselho*  
222 *há bastante tempo, pois é funcionária da prefeitura e tem representatividade não governamental,*  
223 *pelos filhos participarem da APROAUT, pois representa essa entidade hoje, mas o Francesco utiliza*  
224 *também a APACD, nos três segmentos (centro-dia, escola e clínica), só o Luiz Miguel que está no*  
225 *regular, e percebe grandemente essa questão da parte assistencial e que também é neuro clínica,*  
226 *neuro psicopedagoga clínica, formada em pedagogia e tem evidências científicas e comprovação e*  
227 *entende um pouco sobre gestão pública e precisa emergencialmente de um olhar diferente dentro*  
228 *dessa diretoria da APACD e pede por gentileza, por caridade mesmo, o que não pode é concordar*  
229 *com o que vê dentro da instituição por parte dessas crianças. O Centro Dia é um excelente trabalho*  
230 *e a escola também, dentro das suas limitações, e não consegue entender como neuro psicopedagoga*  
231 *clínica tanto da parte pública quanto particular (porque hoje trabalha no Centro Municipal de*  
232 *Assistência, no caso de atendimento educacional especializado, que é o CMAI, que é um*  
233 *departamento da Secretaria de Educação que atende as crianças com deficiência, com autismo que*  
234 *estão dentro das escolas regulares e isso é um projeto novo dentro da nova gestão da SME, que*  
235 *estão tentando fazer um trabalho concomitante a assistência), por isso de estar participando também*  
236 *com relação a isso. Pois muitas vezes o pai ou a mãe é visto como o usuário que vai bater panela e*  
237 *fazer barraco, aquele que vai lembrar dos seus direitos, mas esquece dos seus deveres e como mãe*  
238 *entende muito dos seus direitos e deveres e mais uma vez frisou, pedindo licença ao presidente do*  
239 *conselho, que por favor olhe com carinho dentro da ótica da administração da APACD. A secretária*  
240 *Thais agradeceu a colocação da conselheira e lembrou que a FASPG tem um serviço de*  
241 *monitoramento que atende e acompanha as atividades da APACD e que enquanto conselho podemos*  
242 *solicitar uma manifestação deste setor e verificar a frequência do serviço de Centro Dia. Com relação*  
243 *às outras políticas públicas, não são de responsabilidade do CMAS, lembrou que tem a ouvidoria,*  
244 *onde é possível realizar essas denúncias. Que o conselho entende a angústia da conselheira, e é*  
245 *conhecida a situação da entidade e agradece sua manifestação. O presidente complementou dizendo*  
246 *a título de esclarecimento que tanto o conselho de assistência social, como o CMDCA está*  
247 *acompanhando e fazendo visitas na instituição e está a par do que está ocorrendo na mesma. Dando*  
248 *continuidade as emendas a serem aprovadas, o Núcleo Promocional Pequeno Anjo foi contemplado*  
249 *com o valor de R\$ 60.000,00 (sessenta mil) e utilizará na aquisição de gás e outros materiais*  
250 *engarrafados, alimentos, material de limpeza e higiene, material de copa e cozinha, material educativo*



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: [pgcmasspg@gmail.com](mailto:pgcmasspg@gmail.com) Ponta Grossa – PR

251 e esportivo, material de cama, mesa e banho e roupas para os acolhidos. Aprovada por unanimidade  
252 conforme **Resolução/CMAS/nº 43/2022**. A entidade Irmãos Cavanis foi contemplada com o valor de  
253 R\$ 70.000,00 (setenta mil) e aplicará o recurso na aquisição de gás e outros materiais engarrafados,  
254 alimentos, material de copa e cozinha, material para processamento de dados e manutenção e  
255 conservação de equipamentos. Aprovada por unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 44/2022**.  
256 A Associação de Pais e Amigos do Deficiente Visual – APADEVI foi contemplada com a valor de R\$  
257 70.000,00 (setenta mil) e destinará o recurso para aquisição de combustível e manutenção de veículo,  
258 serviço de água e esgoto, serviço de energia elétrica, material de expediente e gêneros alimentícios.  
259 Após algumas argumentações dos conselheiros, quanto ao pagamento de água e luz, ficou decidido  
260 que seria mantido o pagamento desses itens, na sequência seja realizada a verificação se este valor  
261 será para a nova sede do Centro Dia e se necessário retificar a resolução posteriormente. Aprovada  
262 por unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 45/2022**. O Grupo Renascer foi contemplado com o  
263 valor de R\$ 50.000,00 e aplicará o recurso na aquisição de combustível e manutenção de veículo,  
264 serviço de telefonia, gêneros alimentícios e material de processamento de dados. Aprovada por  
265 unanimidade conforme **Resolução/CMAS/nº 46/2022**. A Associação de Amigos da Pessoa Idosa -  
266 AAPI foi contemplada com o valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil). A entidade programou destinar o  
267 recurso para pagamento de combustível, manutenção de automóvel, gêneros alimentícios, material  
268 de expediente, material de copa e cozinha, uniformes, materiais de artesanato (tecido e aviamentos),  
269 ferramentas, material elétrico e eletrônico, material para manutenção de veículos e material de  
270 processamento de dados. É possível também a contratação de terceiros pessoa física, no caso para  
271 capacitação por oficinas e o item que a comissão questionou e pediu maiores informações, que foi  
272 colocado na tabela, Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica – que seriam pagamento de aluguel, água,  
273 luz e telefone. Com relação a esse item, foi citado a situação do Renascer que executam também o  
274 serviço em um prédio da prefeitura, e com isso solicitado para a entidade retirar esse item, e da AAC  
275 também. Conselheira Karina lembrou que há algum tempo atrás o conselho aprovou a Emenda de  
276 repasse de computadores para a APAE e em Brasília eles entenderam que esse item não  
277 caracterizava em serviço da assistência social e mandaram reformular. Isso quer dizer que se deve  
278 ter muito cuidado ao aprovar, pois poderá ser questionado mais para frente, daí a necessidade de ser  
279 crítico antes de encaminhar. A cartilha de orientação da utilização do recurso é muito clara em dizer  
280 que “a aquisição de quaisquer dos itens descritos deverá observar as ações que os serviços executam  
281 nas unidades”. Assim sendo, o alerta deve ser dado ao gestor e conselheiros porque enquanto  
282 técnica, a conselheira não é favorável àquilo que pode futuramente resultar em devolução de recurso  
283 pelas instituições, lembrando que se trata de recurso público e é para execução do serviço  
284 socioassistencial. Essa é a preocupação e toda vez que entra em um contraditório existe o  
285 pensamento que está sendo desfavorável e não é esse o caso, mas sim de evitar que se tenha que  
286 devolver recurso. Se o serviço socioassistencial não é executado naquele lugar, entende-se que não  
287 é certo pagar. A advogada Franciele da entidade AAPI colocou que a questão das normas, olhando  
288 pelo aspecto jurídico, é extremamente interpretativa. Deu um exemplo que se um texto três pessoas  
289 lerem, as três terão entendimentos distintos. No ponto vista técnico jurídico da mesma, a unidade não  
290 se resume somente aqui, quando o serviço é prestado de forma externa, ela se estende a prestação  
291 do serviço, porém se no CECON são executadas as atividades em grupo, mas a sede, o administrativo  
292 é onde são realizados os planejamentos para que possam ser executados os serviços em grupo,  
293 então toda a atividade, todos os serviços eles são executados dentro da sede e estendidos até os  
294 CECON's, porque não tem como os funcionários, assistente social, educador social ir até o CECON  
295 e realizar o planejamento dos trabalhos que serão levados até os idosos para serem executados. A  
296 assistente social Camila da AAPI, complementa dizendo que referente ao que a Franciele comentou  
297 é interessante ressaltar que o serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, como é o caso da  
298 entidade AAPI, não se reduz apenas a execução no equipamento, no CECON, antes disso, existe  
299 todo um planejamento, reuniões de equipe, questões administrativas para que o grupo aconteça e o  
300 serviço seja ofertado com qualidade, então não tem como separar essas duas questões, uma



## CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA

R. Joaquim Nabuco, 59 – Cep: 84026-080 Fone: (42) 3220-1065 Ramal 2176 E-mail: [pgcmasp@gmail.com](mailto:pgcmasp@gmail.com) Ponta Grossa – PR

301 depende da outra, como foi falado não se pode fazer o planejamento no local, a entidade precisa da  
302 sede para executar os serviços, que antecedem a execução do serviço e que é para ofertar o serviço  
303 com qualidade. Após essas pontuações, o pleno realizou diversas outras colocações e o  
304 encaminhamento foi de abrir votação para decidir se a verba poderá ser utilizada para pagamento de  
305 Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica que contempla: pagamento de aluguel, água, luz e telefone,  
306 reparos, consertos, pintura e reformas e adaptação, locação de imóvel, serviço de limpeza e  
307 conservação, prestação de serviços técnicos profissionais. A secretária executiva Thais abre a  
308 votação chamando um por um dos conselheiros presentes para votar. Votaram para acompanhar o  
309 parecer contrário da comissão os seguintes conselheiros: Lucília, Tatyana, Karina, Beatriz de Souza  
310 e Valquíria. Votaram acompanhando o parecer a favor da entidade os seguintes conselheiros: Ana  
311 Paula Ohata, Armando e Antônio. Assim sendo ficaram cinco votos contrários a utilização do recurso  
312 para pagamento de Serviço de Terceiro Pessoa Jurídica e a entidade terá que remanejar os valores  
313 para outros gastos de custeio, podendo ser materiais de consumo e Serviços de Terceiro Pessoa  
314 Física. Desta forma a entidade destinará para esses fins. Aprovada após votação, conforme  
315 **Resolução/CMAS/nº 47/2022**. E quanto a entidade Associação de Amigos da Criança, o pleno  
316 resolveu não aprovar a utilização do recurso pela entidade, haja vista que foi constatado que a  
317 entidade não está executando o serviço para o qual está inscrita neste conselho, a saber Serviço de  
318 Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos. Conforme  
319 **Resolução/CMAS/nº 48/2022**. Esgotados os assuntos da pauta, o presidente Armando Madalosso  
320 Vieira encerrou a reunião agradecendo a presença de todos. Esta ata foi transcrita e redigida pela  
321 agente administrativa Maria Aparecida da Silva, e revista pela secretária executiva Thais do Prado  
322 Dias Verillo, após aprovada segue assinada pelos conselheiros presentes.

323 Thais do Prado Dias Verillo \_\_\_\_\_

324 CPF: 042.454.089-44

325 Lucília do Rocio Lopes de Andrade \_\_\_\_\_

326 CPF: 741.811.819-87

327 Sandra Regina Wichert Cisco \_\_\_\_\_

328 CPF: 726.394.589-49

329 Tatyana Denise Belo \_\_\_\_\_

330 CPF: 052.293.819-14

331 Karina Teresinha Muehlbauer \_\_\_\_\_

332 CPF: 039.183.429-05

333 Keila Garcia Rocha \_\_\_\_\_

334 CPF: 038.781.869-32

335 Camila Gomes de Barros \_\_\_\_\_

336 CPF: 087.935.699-55

337 Valquíria Verwiebe \_\_\_\_\_

338 CPF: 024.349.949-38

339 Ana Paula Almeida Rocha Ohata \_\_\_\_\_

340 CPF: 006.813.599-86

341 Armando Madalosso Vieira \_\_\_\_\_

342 CPF: 039.123.969-49

343 Silmara Raquel Chagas de Freitas \_\_\_\_\_

344 CPF: 024.739.409-24

345 Antônio Elizeu Martins \_\_\_\_\_

346 CPF: 638.684.669-91

347 Cleuci Mara Barbosa Martins \_\_\_\_\_

348 CPF: 004.194.489-50